



PARECER IMPUGNAÇÃO

Maricá, 22 de outubro de 2024.

Trata-se de resposta ao pedido de impugnação ao Edital referente ao Pregão Eletrônico nº 014/2024, cujo objeto é aquisição de bem, denominado mobiliário urbano com um sistema de captação de luz solar para obtenção de eletricidade "Árvores Fotovoltaicas", a serem instaladas em diversos locais públicos no âmbito do Município de Maricá, pela empresa CRISTAL CONSTRUÇÕES E SOLUÇÕES LTDA

I. DA ADMISSIBILIDADE

Nos termos da Lei Federal 14.133/2021, é cabível a impugnação, por qualquer pessoa, do ato convocatório do pregão na forma eletrônica até três dias úteis antes da data fixada para abertura do certame. Portanto a impugnação encontra-se tempestiva.

II. O PEDIDO

Em resumo, apesar de a petição não constar com a organização das ideias e argumentações de forma clara, a impugnante requer o Cancelamento do certame por considerar maculado o valor orçado pelo objeto, a quantidade e qualidade de pesquisa de mercado junto aos possíveis fornecedores, validade dos orçamentos e necessidade de amostra.

III. DA ANALISE DAS ALEGAÇÕES

Preliminarmente, é oportuno destacar que a licitação é o instrumento de seleção que a Administração Pública se utiliza, objetivando obter a proposta mais vantajosa aos seus

Av. Gilberto Carvalho, 1120
Inoã - Maricá - RJ - CEP: 24.944.000

E-mail: pmmiluminacao@gmail.com



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
Processo Número: 2357/2024
Data do Início: 21/10/2024
Rubrica: [assinatura] Fls: [assinatura]

interesses, é certo que o sentido de “vantajosa” não é sinônimo de, unicamente, mais econômica financeiramente, já que, a licitação busca selecionar o contratante e a proposta que apresentem as melhores condições para atender a reclamos do interesse coletivo, tendo em vista todas as circunstancias previsíveis (preço, capacitação técnica, qualidade, entrega, etc). É o juízo discricionário do Administrador que determina as especificações do produto que pretende adquirir, de modo a extrair as melhores condições de sua utilização para adequar-se as suas realidades, sempre pautadas na razoabilidade e proporcionalidade dos meios aos fins, pois quando a lei confere ao agente público competência discricionária, isso significa que atribuiu ao agente o dever/poder de escolher a melhor conduta, dentre um universo de condutas possíveis, para a plena satisfação do interesse público, sendo a busca deste interesse público que pautou as especificações e exigências contidas no termo de referência do certame em questão.

Após breve relato do que se busca nas licitações, passa-se ao mérito:

VALOR DO ORÇAMENTO:

A empresa impugnante trás aos autos valores aleatórios de Árvores Solares sem qualquer compatibilidade ou semelhança com a especificação do objeto pretendido, sem mencionar fonte, especificação pormenorizada e demais características essenciais para realizar uma comparação honesta.

Nesse sentido, diferente do que consta na impugnação em tela, o produto pretendido tem especificação clara, com todas as dimensões e características buscadas.

No que tange ao preço e cotações, a pesquisa de mercado foi realizada através de contato via e-mail com diversos possíveis fornecedores e fabricantes, contudo somente foram respondidos os das empresas que balizaram o orçamento. Porém, pode ser verificado nos autos que a pasta de iluminação pública empenhou esforço para cotar com uma infinidade de fornecedores.

Av. Gilberto Carvalho, 1120
Inoã - Maricá - RJ - CEP: 24.944.000

E-mail: pmmiluminacao@gmail.com



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
Processo Número: 2354712024
Data do Início: 21 10 /20 24
Rubrica: [assinatura] Fls: [assinatura]

A documentação das empresas que apresentam orçamento é verificada não só pelo órgão que pretende realizar a contratação, também é objeto de análise pela Procuradoria Municipal e Assessoria de Controle Processual, que não apontaram qualquer vício que impedisse o regular andamento do processo. **INDEFERIDO**

QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

A impugnante alega que não é permitida a previsão de Qualificação Técnico- Operacional para o fornecimento do produto em questão.

Entendemos que é direito de todos a solicitação de informações e impugnação de editais de licitação quando estes realmente estejam com informações obscuras ou maculados de alguma outra forma, o que não é o caso.

O que não pode é se valer de uma ferramenta legítima para tentar alterar os requisitos de um certame licitatório apenas por não possuir a qualificação técnico-operacional prevista.

A legislação não trás qualquer impedimento na previsão de atestado, pelo contrário, é um meio que se presta a comprovar que o licitante possui a qualificação técnica necessária para bem executar o objeto da contratação. Referem-se, portanto, a características inerentes ao licitante, não se confundindo com os critérios técnicos de aceitabilidade da sua proposta, relacionados ao objeto da contratação. **INDEFERIDO**

EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

Por fim, ressaltamos que é imprescindível a apresentação de amostras conforme edital para estabelecer critérios claros e objetivos para essa exigência, garantindo a imparcialidade, a igualdade entre os licitantes e a transparência no processo.

A não previsão de apresentação de amostra do objeto poderá gerar prejuízo para a administração, visto que um licitante vencedor pode apresentar objeto divergente do especificado em edital, a exemplo das árvores solares trazidas pela impugnante na petição,

Av. Gilberto Carvalho, 1120
Inoã - Maricá - RJ - CEP: 24.944.000

E-mail: pmmiluminacao@gmail.com [assinatura]



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
Processo Número: 23547/2024
Data do Inicio: 21/10/24
Rubrica: R Fls: 1

que inseriu até mesmo o desenho de uma árvore dentro de um vaso de planta, sem qualquer outra informação adicional.

A exigência de amostras deve ser previamente estabelecida no edital de licitação, com critérios detalhados e objetivos para a apresentação e avaliação das amostras. Essa definição visa garantir a igualdade e a objetividade no processo de avaliação dos produtos.


A apresentação de amostra pelo licitante provisoriamente vencedor é uma prática comum em processos licitatórios mais complexos, como a aquisição de equipamentos tecnológicos, incluindo árvores solares fotovoltaicas.

A apresentação da amostra assegura que o equipamento atenda às expectativas em termos de funcionalidade, eficiência energética e segurança. No caso da árvore solar fotovoltaica, é essencial confirmar a capacidade de produção de energia, a qualidade dos materiais e a estabilidade da estrutura.

Em resumo, a exigência da amostra do provisoriamente vencedor é uma medida estratégica que assegura a compatibilidade do produto com o edital e reduz riscos para a administração pública, garantindo que a escolha final seja tecnicamente sólida e transparente. **INDEFERIDO**

IV. DECISÃO

Após análise, a Secretaria de Iluminação Pública decide por **INDEFERIR** a impugnação da empresa e mantém todo o certame com as previsões editalícias já contidas.


Secretário de Iluminação
Silvério Bragança
Mat. 113.076
Silvério Bragança
Matrícula 113.076
Secretário

Av. Gilberto Carvalho, 1120
Inoã - Maricá - RJ - CEP: 24.944.000

E-mail: pmmiluminacao@gmail.com